O JORNAL 17.2.84

Tripartida de Lisboa sem resultados práticos

Cahora Bassa "suspensa" até ao Cabo

O diálogo construtivo entre as partes, a simbologia do encontro e a abertura de Moçambique e da África do Sul à co-responsabilização nos avultados encargos de Cahora Bassa, constituem os resultados positivos da reunião tripartida de Lisboa, sobre os problemas da barragem moçambicana, que terá continuação no próximo mês, na Cidade do Cabo.

A orientação do Governo português para a reunião tripartida sobre Cahora Bassa era propor a Moçambique, e particularmente à África do Sul, que viessem a arcar com uma maior responsabilidade na questão dos problemas da barragem.

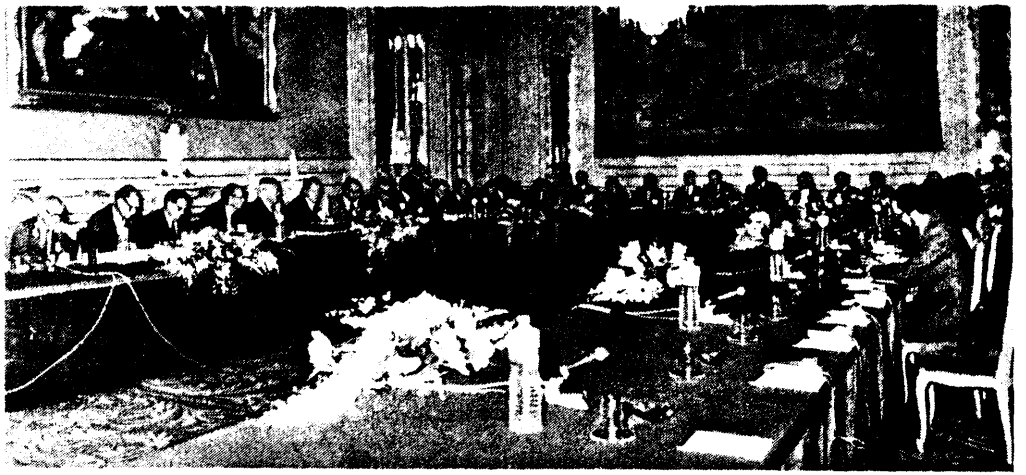
No que respeita à África do Sul, Pretória ficaria a pagar a energia que os contadores marcam à saída do Songo (Tete), independente de a receber, ou não — e tendo em conta que a África do Sul concede à «Resistência Nacional Moçambicana» (que sabota, continuamente, as linhas que conduzem a energia) apoio logístico, se bem que não oficial.

Habilmente, os sul-africanos terão reagido à proposta com «grande abertura», mas reservam a resposta para a próxima reunião tripartida sobre Cahora Bassa, na Cidade do Cabo, já no próximo mês.

«Resistência» ao aumento das tarifas

A analisar pela África do Sul, até à tripartida de Capetown, ficará, também, embora com muito menores possibilidades de concretização, o pedido do Governo português, de aumento das tarifas de electricidade em 200 por cento.

O argumento dos sul-africanos é que não tem havido um fornecimento regular de energia desde Cahora Bassa até à África do Sul — argumento que entronca, de novo, na questão do apoio, ou não, à RNM — que luta contra o Governo de Samora Machel.



Negociações sobre Cahora Bassa em Lisboa
África do Sul reagiu bem mas reserva a resposta

Em Lisboa, a delegação da África do Sul terá proposto, por seu lado, que Moçambique adquira uma parte das acções portuguesas em Cahora Bassa, a fim de minorar os prejuízos causados ao Estado português (5 milhões por ano saem dos cofres portugueses para «sustento» da barragem).

Reunião marcada pelo diálogo e pela simbologia do acontecimento, a tripartida de Lisboa, sobre Cahora Bassa, ter-se-á caracterizado por, apenas, um rotundo «não». Foi o «não» da delegação moçambicana à proposta de Portugal de criação de um «corpo especializado de manutenção» das linhas da barragem nas zonas de maior incidência da RNM.

Moçambique terá interpretado esta proposta como uma tentativa de ingerência de Portugal na segurança interna de Moçambique e dos países vizinhos, tendo entendido o «corpo especializado» como uma espécie de «corpo expedicionário».

Portugal recusa maior envolvimento

Sem rotundo «não», Portugal também aplicou a palavra «recusa»: para responder a uma proposta de participação num projecto de alargamento da barragem.

A tripartida de Lisboa onde se salientaram, pelas suas posições, o ministro moçambicano da Indústria, António Branco, o secretário de Estado português do Tesouro, António de Almeida, e o vice-ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Louis Nel.

Pouco antes de regressar a Maputo, o ministro moçambicano António Branco, disse a «O Jornal»: «Viemos aqui com o espírito de resolver o problema de Cahora Bassa. Queremos dar a nossa contribuição para a resolução de tão graves problemas. Penso que da parte das três delegações se registou boa vontade. Vamos prosseguir na Cidade do Cabo. Não adiámos nada. Vamos continuar os trabalhos.»